

# Nagro Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

(Anteriormente denominado Prop Securitizadora de Direitos  
Creditórios do Agronegócio S.A.)

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2021



# Índice

	<b>Página</b>
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Relatório da administração	7
Demonstrações contábeis	8
Notas explicativas às Demonstrações Contábeis da Companhia Nagro Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. (Anteriormente denominado Prop Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A., para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020	15

# Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

---

**Grant Thornton Auditores Independentes**

Av. Eng. Luís Carlos Berrini, 105 -  
12º andar Itaim Bibi, São Paulo (SP)  
Brasil

T +55 11 3886-5100

Aos Administradores da

**Nagro Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.**

**(Anteriormente denominado Prop Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.)**

São Paulo – SP

## Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Nagro Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Nagro Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do período corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

## Receitas de serviços prestados

### Motivo pelo qual o assunto foi considerado um PAA

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1, a principal atividade da Companhia é a aquisição e a securitização de quaisquer direitos creditórios do agronegócio e atividades compatíveis e previstas na Lei nº 11.076, de 30 de dezembro de 2004, incluindo, mas não se limitando, a administração, recuperação e alienação de direitos creditórios do agronegócio, a emissão e a colocação, privada ou junto aos mercados financeiro e de capitais, de qualquer título ou valor mobiliário compatível com suas atividades, mediante a constituição de patrimônio separado, respeitados os trâmites da legislação e da regulamentação aplicáveis; a realização de operações de hedge em mercados derivativos visando à cobertura de riscos na sua carteira de créditos; agenciamento corretagem ou intermediação de títulos em geral, valores mobiliários e contratos quaisquer; aquisição, venda, investimento de qualquer título de crédito e ou de valor mobiliário do mercado financeiro e de capitais nacional; aquisição de participação em outras sociedades, ativos tangíveis e intangíveis; e assessoria e consultoria de qualquer natureza.

Esse tema foi considerado como uma área crítica e, portanto, de risco em nossa abordagem de auditoria, tendo em vista ser o processo de reconhecimento de receitas, além de área crítica e de risco, tratar-se de rubrica de significativo impacto nas demonstrações contábeis da Companhia, sendo os procedimentos de auditoria de maior complexidade, dado ao tempo envolvido na análise das operações, leitura de contratos, entre outros aspectos.

### Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria, foram entre outros; **(i)** conciliação contábil da carteira; **(ii)** verificação dos lastros por amostragem; **(iii)** recálculo dos ativos por amostragem de acordo com as premissas especificada em cada Termo de Cessão **(iv)** liquidação financeira das transações realizadas durante o exercício; e **(v)** teste de aderência entre as informações registradas e as demonstrações contábeis registradas e divulgadas.

Com base na abordagem de nossa auditoria, nos procedimentos efetuados e nas evidências de auditoria obtidas, entendemos que os critérios e premissas adotados pela Companhia para o reconhecimento e mensuração a valor justo dos ativos e o respectivo resultado obtido no exercício são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

## Outros assuntos

### Demonstrações do Valor Adicionado

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) referentes ao exercício findo 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e apresentadas como informação suplementar para os demais tipos de sociedade, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

## Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para /planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;

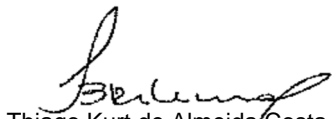
Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 25 de abril de 2022



Thiago Kurt de Almeida Costa Brehmer  
CT CRC 1SP-260.164/O-4

Grant Thornton Auditores Independentes  
CRC 2SP-025.583/O-1

# **RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

## **ESTRATÉGIA OPERACIONAL**

Em 22 de junho de 2020, a Prop Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. – Companhia Securitizadora Privada de Direitos Creditórios do Agronegócio (“Companhia”) foi constituída com o objetivo de aquisição e a securitização de quaisquer direitos creditórios do agronegócio e atividades compatíveis e previstas na Lei no 11.076, de 30 de dezembro de 2004, incluindo, mas não se limitando, a administração, recuperação e alienação de direitos creditórios do agronegócio, a emissão e a colocação, privada ou junto aos mercados financeiro e de capitais, de qualquer título ou valor mobiliário compatível com suas atividades, mediante a constituição de patrimônio separado, respeitados os trâmites da legislação e da regulamentação aplicáveis.

No ano de 2020 foi realizada 1 (uma) emissão, onde foram emitidos 20.000 CRAs (CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DA PROP SECURITIZADORA DE DIREITOS CREDITÓRIOS DO AGRONEGÓCIO S.A.) no valor de R\$ 1.000 (mil reais) cada perfazendo um valor total de emissão R\$ 20.000.000 (vinte milhões de reais), emitidos em duas séries, sendo a primeira série de 10.000 unidades (primeira) série, da 1ª (primeira) emissão da Securitizadora, da classe sênior, com vencimento em 05 de Outubro de 2022, e sendo a segunda série de 10.000 unidades (segunda) série, da 1ª (primeira) emissão da Securitizadora, da classe subordinada, com vencimento em 05 de novembro de 2022, constituído patrimônio separado destes, sendo certo que as integralizações ocorreram em tranches em diferentes datas.

A Prop Securitizadora teve sua totalizada de ações vendidas à Nagro LLC e Gustavo Antônio Alves, mudando sua denominação para Nagro Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A., de acordo com a Alteração Contratual assinada em 15 de dezembro de 2021 e registrada na JUCESP em 03 de fevereiro de 2022.

## **RESULTADOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

A Companhia encerrou o exercício de 31 de dezembro de 2021 com patrimônio líquido de R\$ 204 mil, tendo sido destacado R\$ 41 mil de prejuízo.

Em decorrência da estrutura operacional da Companhia, as despesas operacionais, estão sendo e serão custeadas pelo fluxo de caixa e pelo acionista majoritária e controladora, através de aportes de caixa, por meio de adiantamento futuro de aumento de capital. Dessa forma, garantindo a liquidez financeira e continuidade em suas atividades.

## **PERSPECTIVAS OPERACIONAIS**

A Companhia pretende manter o seu papel em operações de aquisição e a securitização de quaisquer direitos creditórios do agronegócio.

## **RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES**

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, informamos que os auditores independentes da Companhia, Grant Thornton Auditores Independentes, não prestaram à Nagro Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A., durante o período findo em 31 de dezembro de 2021, outros serviços que não os de auditoria externa. A política da Companhia na contratação de serviços de auditores independentes assegura que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade.

São Paulo, 25 de abril de 2022

**A administração**

# Prop Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

## Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
<b>Ativo circulante</b>			
Caixa e equivalente de caixa	4	172	25
Clientes	5	-	151
Contas a receber	6	25	-
Impostos a recuperar	7	7	8
<b>Total do ativo circulante</b>		<u>204</u>	<u>184</u>
<b>Total do ativo</b>		<u><u>204</u></u>	<u><u>184</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Prop Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

## Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
<b>Passivo circulante</b>			
Impostos e contribuições	8	-	25
Outras obrigações	9.2	-	14
<b>Total do passivo circulante</b>		-	39
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital Social	9.1	200	100
Reserva Legal	9.3	3	3
Reserva de Lucros		1	42
<b>Total do patrimônio líquido</b>		204	145
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<u>204</u>	<u>184</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Prop Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

## Demonstrações do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto lucro básico por ação)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
<b>Receita líquida</b>	11	63	201
Custo dos serviços prestados	12	(5)	(47)
<b>Lucro bruto</b>		58	154
<b>Despesas/receitas operacionais</b>			
Despesas gerais e administrativas	13	(93)	(75)
Despesas tributárias	13	(6)	(1)
Provisão para perdas no recebimento	6	(4)	
Outras receitas (despesas) operacionais	13	2	0
<b>Resultado operacional</b>		(43)	78
Receitas financeiras	15	3	
Despesas financeiras	15	(1)	
<b>Resultado financeiro</b>		2	0
<b>Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		(41)	78
Imposto de renda e contribuição social correntes	14	-	(19)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		(41)	59
Resultado por ação - básico (em R\$)		-0,41000	0,59000

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Prop Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

## Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Resultado líquido do exercício	(41)	59
Outros Resultados Abrangentes (ORA)	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u>(41)</u>	<u>59</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Prop Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

## Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais)

	Nota	Atribuível aos acionistas controladores				Total
		Capital social integralizado	Reserva legal	Reserva de lucros à disposição da Assembleia Geral	Lucros ou prejuízos acumulados	
<b>Saldo em 22 de junho de 2020 (início das atividades)</b>	9.1	<b>100</b>				<b>100</b>
Resultado líquido do exercício		-	-	-	59	59
Constituição de reserva legal	9.3	-	3	-	(3)	-
Dividendos	9.2	-	-	-	(14)	(14)
Constituição de reserva de lucros		-	-	42	(42)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>		<b>100</b>	<b>3</b>	<b>42</b>	<b>-</b>	<b>145</b>
Aumento Capital Social		100	-	-	-	100
Resultado líquido do exercício		-	-	-	(41)	(41)
				(41)	41	0
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>		<b>200</b>	<b>3</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>204</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Prop Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

## Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			
Lucro líquido do exercício		(41)	59
<b>Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:</b>		4	-
Provisão para perdas no recebimento		4	-
<b>Variações nos ativos e passivos</b>		98	(134)
(Aumento) / Redução em Impostos a recuperar		1	(8)
(Aumento) / Redução em Contas a receber		(25)	0
(Aumento) / Redução em Clientes		147	(151)
Aumento / (Redução) em Impostos e contribuições		(25)	25
<b>Caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais</b>		61	(75)
<b>Fluxo de caixa utilizado nas atividades de financiamento</b>			
Integralização de capital		100	100
Dividendos pagos		(14)	-
<b>Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento</b>		86	100
<b>(Redução líquida)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>		147	25
<b>Varição em caixa e equivalentes de caixa</b>		147	25
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		25	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		172	25

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Prop Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

## Demonstração do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
<b>Receitas</b>		68	222
<b>Outras Receitas</b>		2	-
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>			
Custo dos serviços prestados		(5)	(47)
Serviços de terceiros e outros		(93)	(75)
<b>Valor adicionado bruto</b>		(28)	100
<b>Valor adicionado líquido produzido pela Companhia</b>		(28)	100
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>		3	-
Receitas financeiras		3	-
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>		(25)	100
<b>Distribuição do valor adicionado</b>		(25)	100
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>		12	41
Tributos Municipais, Estaduais e Federais		12	41
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>		1	-
Despesas financeiras		1	-
<b>Remuneração de capitais próprios</b>		(41)	59
Dividendos		-	14
Lucros retidos /prejuízo do período		(41)	45
<b>Valor total adicionado</b>		(28)	100

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Notas explicativas às Demonstrações Contábeis da Companhia Nagro Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. (Anteriormente denominado Prop Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A., para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 1. Contexto operacional

A Prop Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A., com sede em São Paulo – SP, foi constituída no dia 22 de junho de 2020, sob a denominação de NK 078 Empreendimentos e Participações S.A., com data de registro aprovada na JUCESP e Receita Federal do Brasil em 17 de julho de 2020, e de acordo com a Alteração Contratual assinada em 22 de julho de 2020, registrada em JUCESP em 01 de setembro de 2020. A Prop Securitizadora teve sua totalidade de ações vendidas à Nagro LLC e Gustavo Antônio Alves, mudando sua denominação para Nagro Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A., de acordo com a Alteração Contratual assinada em 15 de dezembro de 2021 e registrada na JUCESP em 03 de fevereiro de 2022.

A empresa tem como objeto social a aquisição e a securitização de quaisquer direitos creditórios do agronegócio e atividades compatíveis e previstas na Lei nº 11.076, de 30 de dezembro de 2004, incluindo, mas não se limitando, a administração, recuperação e alienação de direitos creditórios do agronegócio, a emissão e a colocação, privada ou junto aos mercados financeiro e de capitais, de qualquer título ou valor mobiliário compatível com suas atividades, mediante a constituição de patrimônio separado, respeitados os trâmites da legislação e da regulamentação aplicáveis; a realização de operações de hedge em mercados derivativos visando à cobertura de riscos na sua carteira de créditos; agenciamento corretagem ou intermediação de títulos em geral, valores mobiliários e contratos quaisquer; aquisição, venda, investimento de qualquer título de crédito e ou de valor mobiliário do mercado financeiro e de capitais nacional; aquisição de participação em outras sociedades, ativos tangíveis e intangíveis; e assessoria e consultoria de qualquer natureza.

## 2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e apresentadas em milhares de reais conforme a moeda funcional da Companhia (Real). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, nas orientações e nas interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela CVM.

A Administração da Companhia declara e confirma que todas as informações relevantes próprias contidas nas informações contábeis estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria e sua emissão foi autorizada em 25 de abril de 2022.

#### 2.1. Bases de mensuração

As demonstrações contábeis são elaboradas considerando o custo histórico como base de valor, ajustadas quando aplicável para refletir os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. A Companhia elabora suas informações contábeis, exceto as informações de fluxo de caixa, utilizando a contabilização pelo regime de competência.

#### 2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são preparadas usando a moeda funcional (moeda do ambiente econômico primário em que a Companhia opera). Ao definir a moeda funcional da Companhia, a Administração considerou qual a moeda que influencia significativamente o preço de venda dos serviços prestados e a moeda na qual a maior parte do custo de sua prestação de serviços é paga ou incorrida. As demonstrações contábeis são apresentadas milhares de reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

#### 2.3. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis está de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Para efetuar as referidas estimativas, a Administração utiliza as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações contábeis, bem como a experiência de eventos passados e correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros.

### 3. Resumo das principais práticas contábeis

#### 3.1. Apuração do resultado

As receitas, custos e despesas são contabilizados pelo regime de competência, incluindo os efeitos das variações monetárias computados sobre ativos e passivos indexados.

#### 3.2. Demonstração do fluxo de caixa (DFC)

As demonstrações dos fluxos de caixa são preparadas e apresentadas pelo método indireto de acordo com o Pronunciamento Contábil CPC 03 “Demonstração dos fluxos de caixa”, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

#### 3.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixas e equivalentes de caixa incluem os montantes de caixa e aplicações financeiras com prazo para resgate de até 90 (noventa) dias da data da aplicação, com risco insignificante de mudança no valor justo. As aplicações financeiras são registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos balanços e não superando o valor de mercado.

#### 3.4. Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros incluem depósitos bancários, aplicações financeiras, carteiras de crédito financeiro adquiridas, assim como contas a pagar e outras dívidas. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. De acordo com CPC48, o ativo financeiro sob categoria de instrumentos financeiros mantidos para negociação é classificado pelo valor justo por meio do resultado.

### 3.5. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída a provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável, quando aplicável. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não apurou a necessidade de ajustes por recuperação de ativos.

### 3.6. Provisões, ativos e passivos contingentes

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são apresentadas de acordo com as regras estabelecidas no CPC 25: (i) Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado; (ii) Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados; e (iii) Obrigações legais são registradas independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito dos processos em que o Patrimônio Separado questiona a inconstitucionalidade de impostos ou tributos.

### 3.7. Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda e contribuição social são contabilizadas pelo regime de lucro real e foi constituída à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 240. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado.

### 3.8. Novas normas, alterações e interpretações

As normas e interpretações emitidas, mas ainda não adotadas até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, são abaixo apresentadas. A Companhia pretende adotar essas normas, se aplicável, quando entrarem em vigência.

## 4. Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de caixa e equivalentes de caixa é composto como demonstrado a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Bancos - conta corrente	-	25
Aplicações financeiras de liquidez imediata (i)	172	-
<b>Total</b>	<b>172</b>	<b>25</b>

(i) As aplicações financeiras de liquidez imediata são representadas substancialmente por aplicações em fundos de investimentos e são remuneradas a uma taxa média mensal de 100% do CDI podendo ser resgatadas a qualquer tempo sem prejuízo da remuneração apropriada.

## 5. Clientes

Em 31 de dezembro de 2021, não há saldo da rubrica de clientes, referente a serviços prestados de consultoria (R\$ 151 em 2020).

## 6. Contas a Receber

### a) Descrição dos direitos certificados de recebíveis do agronegócio adquiridos

Os direitos creditórios decorrentes das CCBs adquiridos são correspondentes a obrigação de devedores rurais, de pagar a totalidade dos créditos oriundos das CCBs no valor, forma de pagamento e demais condições previstas nos instrumentos de créditos adquiridos, bem como quaisquer outros direitos creditório adquiridos pela Emissora.

### b) Composição dos recebíveis

Em 31 de dezembro de 2021 o saldo a seguir representa:

	31/12/2021	31/12/2020
Direitos Creditórios	148	-
Recebimentos	(147)	-
Juros	28	-
(-) Perdas de crédito esperada	(4)	-
<b>Total</b>	<b>25</b>	<b>-</b>

### c) Garantias relacionadas aos direitos creditórios

Os direitos creditórios de Cédulas de Crédito Bancário não possuem garantias.

### e) Perdas Estimadas para Crédito de Liquidação Duvidosa

A avaliação da necessidade de alterações na PECLD é realizada mensalmente.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 houve constituição de PECLD no valor de R\$ 4.

## 7. Tributos a recuperar

Referem-se aos impostos recolhidos na fonte sobre faturamento e saldo negativo de IRPJ e CSLL e que serão objeto de compensação durante o exercício posterior.

	31/12/2021	31/12/2020
CSLL sobre faturamento	-	2
Pis sobre faturamento	1	1
Cofins sobre faturamento	3	5
Saldo negativo IRPJ	1	-
Saldo negativo CSLL	2	-
<b>Total</b>	<b>7</b>	<b>8</b>

## 8. Obrigações fiscais

Na data base, referem-se a impostos e contribuições a recolher, conforme composição a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Pis a Recolher	-	1
Cofins a Recolher	-	6
Iss a Recolher	-	4
IPRJ a Recolher	-	8
CSLL a Recolher	-	6
<b>Total</b>	-	<b>25</b>

## 9. Patrimônio líquido

### 9.1. Capital social

Em 22 de junho de 2020, o capital social integralizado da companhia era de R\$ 100,00 (cem reais), divididos em 100 ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal e sem ações em tesouraria.

Na Assembleia Geral Extraordinária realizada e assinada em 22 de julho de 2020 e registrada em JUCESP no dia 01 de setembro de 2020, foi aprovada a emissão de novas ações no valor de R\$ 99,9 mil (noventa e nove mil e novecentos reais), todas nominativas, sem valor nominal e subscritas pelos acionistas, na seguinte forma: Thiago Brun no valor de R\$ 51 mil (cinquenta e um mil reais) e Gélcio Costa Medeiros no valor de R\$ 49 mil (quarenta e nove mil reais) ao preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) por ação.

Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 12 de Abril de 2021 e registrada na JUCESP no dia 16 de julho de 2021 a Prop Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. aprovou a emissão de novas ações no valor de R\$ 100 mil (cem mil reais), ao preço de emissão unitário de R\$ 1,00 (um real) por ação, todas nominativas, sem valor nominal, sendo todas as ações subscritas integralmente pela Prop. Holding e Participações S.A.

Em 12 de abril de 2021 foi deliberado em AGO o aumento do capital social da companhia, de R\$ 100 mil (cem mil reais) para R\$ 200 mil (duzentos mil reais) mediante a emissão nesta data de, 100.000 (cem mil) novas ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal.

O preço de emissão das Ações Ordinárias é, neste ato, integralizado pela acionista PROP Holding e Participações S.A., mediante a conversão dos Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC) realizados nos meses de fevereiro e março de 2021 e já contabilizados na Sociedade, realizados da seguinte forma:

11/02/2021 R\$ 10 mil; 25/02/2021 R\$ 10 mil; 19/03/2021 R\$ 30 mil; 29/03/2021 R\$ 50 mil; Total R\$ 100 mil

### 9.1.1. Transferência de Ações

Em 05 de outubro de 2020 os sócios transferiram, 99.999 ações para a controladora Prop. Holding e Participações S.A., conforme Ata de Assembleia Geral de Constituição da Prop Holding e Participações assinada em 05 de outubro de 2020 e com registro em JUCESP no dia 12 de novembro de 2020.

Em 15 de dezembro de 2021 foi celebrado o contrato de compra e venda de ações entre a Prop. Holding e Participações S.A., Thiago Brun , a NAGRO LLC – CNPJ: 35.559.283/0001-90, conforme definido em contrato a representatividade de 100% (cem por cento) do capital total e votante, representada nesse ato pelo procurador Gustavo Antonio Alves, para formalizar a venda de 100% da Prop Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A., passando, a partir desta data, a se denominar Nagro Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

Em 15 de dezembro de 2021 foi deliberado a renúncia dos sócios e a transferência das 200.000 mil ações ordinárias.

(a) Prop. Holding Participações cedeu e transferiu 199.999 (cento e noventa e nove mil novecentos e noventa e nove) ações ordinárias de emissão da Companhia, nominativas e sem valor nominal, para a NAGRO LLC;

(b) THIAGO cedeu e transferiu 1 (uma) ação ordinária de emissão da Companhia, nominativas e sem valor nominal, para Gustavo Antonio Alves.

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social da Companhia totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 200 mil (duzentos mil reais), representado por 200.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, distribuído entre os acionistas da seguinte forma:

	ON	%
Gustavo Antonio Alves	1	0,00%
Nagro LLC	199,999	100,00%
<b>Total</b>	<b>200.000</b>	<b>100,00%</b>

### 9.2. Dividendos

Os dividendos foram calculados como segue:

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	-	59
Valor destinado para constituição de reserva legal	-	3
<b>Base de cálculo dos dividendos</b>	-	56
Percentual utilizado	25%	25%
<b>Dividendos propostos (i)</b>	-	14

(i) A distribuição do lucro líquido da Companhia é realizada da seguinte forma: (a) absorção do saldo de prejuízos acumulados (b) 5% para a constituição de reserva legal; (c) 25% do saldo destinado ao pagamento do dividendo obrigatório; e (d) o saldo, se houver, após as destinações mencionadas anteriormente, será transferido para a reserva de lucros à disposição da Assembleia Geral e terá o destino que lhe for dado pela Assembleia Geral.

Em 12 de abril de 2021 foi pago dividendos referentes ao exercício de 2020 no valor de R\$ 14.

Em 31 de dezembro de 2021 a empresa operou com prejuízo, portanto não houve distribuição de dividendos.

### 9.3. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício, antes de qualquer outra destinação, conforme trata o Art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social integralizado. Em 31 de dezembro de 2021 não houve constituição de reserva legal (31/12/2020 – R\$ 3).

### 10. Provisão para contingências

A Companhia não tem conhecimento e nem registrou em 31 de dezembro de 2021 e 2020 qualquer provisão para demandas judiciais.

### 11. Receita líquida

As receitas operacionais líquidas são compostas por:

	31/12/2021	22/06/2020 a 31/12/2020
Serviços prestados	40	222
Receita de Juros s/Direitos Creditórios	28	-
PIS, COFINS e ISS	(5)	(21)
<b>Total</b>	<b>63</b>	<b>201</b>

A receita da Companhia é oriunda de honorários de emissão de certificados de recebíveis do agronegócio (CRA) e da prestação de serviços de administração dos patrimônios separados correspondentes das emissões desses certificados.

### 12. Custo dos serviços prestados

	31/12/2021	31/12/2020
Agente Fiduciário	-	(2)
Agente Digitador	-	(24)
Custodia	(5)	(20)
Outras Taxas Contribuições e Impostos	-	(1)
<b>Total</b>	<b>(5)</b>	<b>(47)</b>

### 13. (Despesas) receitas operacionais

As despesas gerais, administrativas e tributárias e demais receitas, referem-se substancialmente:

	31/12/2021	22/06/2020 à 31/12/2020
Consultoria	(15)	(23)
Aluguéis de Imóveis	(5)	(17)
Despesa de Software	(16)	(5)
Auditoria	(13)	-
Assessoria Contábil	(25)	(9)
Honorários Advocatícios	(1)	(10)
Refeições e Lanches	(1)	(2)
Despesas Tributárias	(6)	(1)
Cartório	-	(6)
Cobrança	(7)	-
Ágio s/Carteira de Crédito	(2)	-
Outras Despesas/receitas	(6)	(3)
<b>Total</b>	<b>(97)</b>	<b>(76)</b>

### 14. Imposto de renda e contribuição social

#### 14.1. Reconciliação das despesas de IRPJ e CSLL - corrente e diferido

As despesas de IRPJ e CSLL estão conciliadas às alíquotas nominais como segue:

	31/12/2021	31/12/2020
Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	(41)	78
(+) Adições	4	-
(-) Exclusões	-	-
<b>Base de Cálculo IRPJ e CSLL</b>	<b>(37)</b>	<b>78</b>
Taxa efetiva para Impostos - 24%	-	19
Benefício adicional do IRPJ 10% 240 mil	-	-
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente/Diferido</b>	<b>-</b>	<b>19</b>

### 15. Resultado Financeiro

	31/12/2021	31/12/2020
Receitas de aplicações financeiras	3	0
Despesas financeiras	(1)	-
	<b>2</b>	<b>-</b>

### 16. Remuneração do pessoal-chave da administração

Não houve remuneração paga ao pessoal-chave da Administração no período de 31 de dezembro de 2021.

#### **17. Relação com auditores**

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não contratamos nem tivemos serviços prestados pela Grant Thornton Auditores Independentes relacionados à Securitizadora que não aos serviços de auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, quais sejam, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste.

#### **18. Demandas Judiciais**

Até o momento da publicação da presente demonstração financeira, não houve demandas judiciais relativas a esta emissão.

#### **19. Eventos subsequentes**

Não houve eventos subsequentes que requeiram ajustes ou divulgações nas demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2021.

\* \* \*